

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2019

**MPMT**
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Concurso para Provimento do Cargo de Promotor de Justiça Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA PREAMBULAR OBJETIVA

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Planejamento e disciplina são fatores importantes para o sucesso.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PROVA PREAMBULAR OBJETIVA

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

[Nossa quota de felicidade]

Os últimos 500 anos testemunharam uma série de revoluções de tirar o fôlego. A Terra foi unida em uma única esfera histórica e ecológica. A economia cresceu exponencialmente, e hoje a humanidade desfruta do tipo de riqueza que só existia nos contos de fadas. A ciência e a Revolução Industrial deram à humanidade poderes sobre-humanos e energia praticamente sem limites. A ordem social foi totalmente transformada, bem como a política, a vida cotidiana e a psicologia humana.

Mas somos mais felizes? A riqueza que a humanidade acumulou nos últimos cinco séculos se traduz em contentamento? A descoberta de fontes de energia inesgotáveis abre diante de nós depósitos inesgotáveis de felicidade? Voltando ainda mais tempo, os cerca de 70 milênios desde a Revolução Cognitiva tornaram o mundo um lugar melhor para se viver? O falecido astronauta Neil Armstrong, cuja pegada continua intacta na Lua sem vento, foi mais feliz que os caçadores-coletores anônimos que há 30 mil anos deixaram suas marcas de mão em uma parede na caverna? Se não, qual o sentido de desenvolver agricultura, cidades, escrita, moeda, impérios, ciência e indústria?

Os historiadores raramente fazem essas perguntas. Mas essas são as perguntas mais importantes que podemos fazer à história. A maioria dos programas ideológicos e políticos atuais se baseia em ideias um tanto frágeis no que concerne à fonte real de felicidade humana. Em uma visão comum, as capacidades humanas aumentaram ao longo da história. Considerando que os humanos geralmente usam suas capacidades para aliviar sofrimento e satisfazer aspirações, decorre que devemos ser mais felizes que nossos ancestrais medievais e que estes devem ter sido mais felizes que os caçadores-coletores da Idade da Pedra. Mas esse relato progressista não convence.

(Adaptado de HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018, p. 386-387)

1. O autor acredita que a felicidade humana
 - (A) desafiou de tal forma as aspirações humanas mais democráticas que hoje os homens vêm desistindo de buscá-la.
 - (B) constituiu-se como uma meta idealista das civilizações antigas que, no entanto, acabou por se esvaziar ao longo do tempo.
 - (C) tornou-se um parâmetro tão rigoroso e obsessivo para todos os povos que nenhum deles foi capaz de alcançá-la.
 - (D) impôs-se desde sempre como algo impalpável, razão pela qual vem merecendo a integral atenção dos humanistas.
 - (E) nunca se apresentou como um critério que norteasse e qualificasse as sucessivas etapas da história humana.

2. A interrogação *Mas somos mais felizes?*, que abre o 2º parágrafo do texto, tem como função
 - (A) ponderar sobre um conceito que tem preocupado exageradamente a filosofia e as artes.
 - (B) ratificar o que houve de mais positivo nas conquistas da humanidade nos últimos 500 anos.
 - (C) associar o progressivo índice da felicidade humana aos feitos da ciência e da economia.
 - (D) introduzir criticamente um conceito sempre subestimado ao longo da nossa civilização.
 - (E) abrir uma linha de raciocínio que desqualifica as supostas conquistas da tecnologia.

3. Para dar base à afirmação de que *esse relato progressista não convence* (3º parágrafo), o autor do texto
 - (A) demonstra que a lógica da história nega a possibilidade de se avaliar a importância e as vantagens da civilização.
 - (B) equipara o grau de felicidade dos nossos ancestrais imediatos com o daqueles que os antecederam.
 - (C) faz ver que os programas ideológicos e políticos atuais não evidenciam uma efetiva escalada da felicidade humana.
 - (D) mostra-se convicto de que os caçadores-coletores não foram mais felizes que nossos ancestrais medievais.
 - (E) fundamenta essa descrença no fato de que nunca fomos capazes de questionar as leis mais rígidas da natureza.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *aliviar sofrimento e satisfazer aspirações* (3^o parágrafo) = atenuar padecimento e realizar anelos.
 - (B) *uma série de revoluções de tirar o fôlego* (1^o parágrafo) = uma sequência de ríspidas alterações desafogadas.
 - (C) *depósitos inesgotáveis de felicidade* (2^o parágrafo) = dimensões altruístas de prazer.
 - (D) *Se não, qual o sentido de desenvolver* (2^o parágrafo) = Ainda assim, que significado tem de implementar.
 - (E) *no que concerne à fonte real de felicidade humana* (3^o parágrafo) = no que restringe a condição objetiva de ser feliz.
-
5. Está integralmente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Há autores que já conviram em que o progresso é uma constante da civilização humana, não havendo como refutar-lhe em seus avanços.
 - (B) Aos defensores do progresso à qualquer custo deve-se lembrar as medidas que em nome do mesmo vem sacrificando e penalizando milhões de pessoas.
 - (C) Muitos imaginam de que o progresso seja um elemento incontestável, ao passo que seus efeitos podem ser claramente perceptíveis.
 - (D) A pouca gente ocorre contestar, como faz o autor, o sentido absoluto do propalado progresso de que estaríamos desfrutando ao longo da história.
 - (E) Seria preciso que os fatos históricos sucedessem-se numa linha ininterrupta aonde não teríamos como se desviar ou se reverter seu processo.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) É injusto que se (**atribuir**) aos homens de uma época o ônus de consequências que eles não podiam prever.
 - (B) Nos últimos cinco séculos de nossa história (**haver**) revoluções que alteraram fundamentalmente os modos de produção.
 - (C) Não (**cabem**) aos homens de uma época projetar as etapas seguintes do progresso, buscar prever o imprevisível.
 - (D) Ao se (**desfazer**) as certezas absolutas, um improviso criativo ganha uma importância fundamental.
 - (E) As perguntas que não se (**colocar**) a um historiador tendem a ser provocadas pelo próprio curso dos fatos históricos.
-
7. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Está na remota Revolução Cognitiva a origem de uma escalada progressista de que os nossos ancestrais não podiam se dar conta.
 - (B) As riquezas em que faz alusão o autor do texto, no primeiro parágrafo, dizem respeito aos últimos 500 anos.
 - (C) Há no homem capacidades inventivas às quais ele não se dá conta senão quando passa a necessitar delas.
 - (D) O progresso da civilização, de cujo a humanidade tanto aspira, é questionado pelo autor ao final do texto.
 - (E) A falta de perguntas sobre a nossa felicidade, em cuja importância sequer suspeitamos, é uma falha dos nossos projetos.
-
8. A supressão da vírgula altera efetivamente o sentido da frase:
- (A) A ideia mesma de felicidade parece ter bem pouca relevância, no curso da caminhada da civilização.
 - (B) Ao longo dos últimos cinco séculos, ocorreram revoluções cruciais na história da humanidade.
 - (C) Para muitos homens, não faz sentido indagar sobre o teor de felicidade que deveria acompanhar o progresso.
 - (D) A pouca gente ocorre indagar sobre o sentido do progresso, que atinge uns poucos privilegiados.
 - (E) Na argumentação do autor, o sentido de progresso civilizacional merece ser amplamente discutido.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Antropologia reversa

É sempre tarefa difícil – no limite, impossível – compreender o outro não a partir de nós mesmos, ou seja, de nossas categorias e preocupações, mas de sua própria perspectiva e visão de mundo. “Quando os antropólogos chegam”, diz um provérbio haitiano, “os deuses vão embora”.

Os invasores coloniais europeus, com raras exceções, consideravam os povos autóctones do Novo Mundo como crianças amorais ou boçais supersticiosos – matéria escravizável. Mas como deveriam parecer aos olhos deles aqueles europeus? “Onde quer que os homens civilizados surgissem pela primeira vez”, resume o filósofo romeno Emil Cioran, “eles eram vistos pelos nativos como demônios, como fantasmas ou espectros, nunca como homens vivos! Eis uma intuição inigualável, um insight profético, se existe um”.

O líder ianomâmi Davi Kopenawa, porta-voz de um povo milenar situado no norte da Amazônia e ameaçado de extinção, oferece um raro e penetrante registro contra-antropológico do mundo branco com o qual tem convivido: “As mercadorias deixam os brancos eufóricos e esfumam todo o resto em suas mentes [...] Seu pensamento está tão preso a elas, são de fato apaixonados por elas! Dormem pensando nelas, como quem dorme com a lembrança saudosa de uma bela mulher. Elas ocupam seu pensamento por muito tempo, até vir o sono. Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas só sonham consigo mesmos”.

(Adaptado de GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 118-119)

9. O título – **Antropologia reversa** – justifica-se porque o autor considera em seu texto a
- (A) possibilidade de sujeito e objeto de uma pesquisa antropológica adotarem os mesmos critérios para se qualificarem simultaneamente.
 - (B) dificuldade que existe em compreendermos o outro a partir dos valores antropológicos que elegemos como absolutos.
 - (C) eventualidade de que um objeto de nossa análise antropológica passe a ser ele próprio o sujeito que nos analisa.
 - (D) contradição que existe no fato de que os intérpretes de uma cultura estranha sejam os menos qualificados para compreendê-la.
 - (E) penalização que sofrem as culturas primitivas quando submetidas a critérios de valor inteiramente estranhos a elas.
-
10. O raro e penetrante registro contra-antropológico do líder Davi Kopenawa
- (A) analisa a relação superficial que os brancos estabelecem com suas necessidades instintivas de sobrevivência.
 - (B) constata que a cultura dos brancos é obcecada por um materialismo por conta do qual os sonhos se reduzem às mercadorias.
 - (C) apoia-se na percepção de que as criaturas supersticiosas não são de todo representativas das culturas indígenas.
 - (D) contradiz a observação conclusiva do filósofo romeno Emil Cioran a respeito dos povos autóctones do Novo Mundo.
 - (E) fundamenta-se na hipótese de que os brancos costumam considerar que as culturas primitivas são desprovidas de moralidade.
-
11. Uma nova, coerente e correta redação do provérbio “Quando os antropólogos chegam, os deuses vão embora” constitui-se na frase:
- (A) Conquanto se dão a ver os antropólogos, desvanecem-se os deuses.
 - (B) À medida que surgem os antropólogos, dissimulam-se as divindades.
 - (C) A sublevação dos deuses é proporcionada pelo advento dos antropólogos.
 - (D) Às entidades divinas não cabem conviver com os antropólogos.
 - (E) Tão logo surjam os antropólogos, ausentam-se as divindades.
-
12. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Seria de se supor que um nativo venha a estranhar os colonizadores do mesmo modo que estes viriam a com ele se espantar.
 - (B) Não se apresentaria como fácil a plena compreensão que alguém se dispusesse a ter da cultura que se sustentasse em outros valores.
 - (C) Para que venham a ser compreendidos os valores de uma cultura, houvera de se esforçar quem os buscar analisar mais de perto.
 - (D) Segundo supõe Davi Kopenawa, os brancos não poderiam sonhar tão longe quanto os nativos porque estejam presos ao mundo das mercadorias.
 - (E) Ao se depararem com os nativos, tão logo chegados ao Novo Mundo, os colonizadores passassem a julgá-los como criaturas amorais e infantilizadas.



13. Identifica-se corretamente um procedimento utilizado na construção do texto em:
- (A) O segmento *com o qual tem convívio* (3º parágrafo) está empregado no sentido de **que tem compartilhado**.
 - (B) A expressão *com raras exceções* (2º parágrafo) está empregada para acentuar o caráter esporádico da avaliação que os invasores faziam dos povos autóctones.
 - (C) As palavras *categorias* e *preocupações* (1º parágrafo) estão sendo empregadas em sentido **conotativo**, constituindo exemplos de figuras de linguagem.
 - (D) Embora não constante dos dicionários, a palavra *escravizável* (2º parágrafo) foi empregada pelo autor, segundo o contexto, com o sentido de **fazer-se escravo**.
 - (E) Na frase *Seu pensamento está tão preso a elas* (3º parágrafo), o pronome sublinhado refere-se ao antecedente *suas mentes*.
-
14. Estão plenamente adequados o emprego e a colocação pronominal na frase:
- (A) Ainda que não atenham-se aos princípios que regem a cultura nativa, os colonizadores deveriam respeitar-lhes na diferença que lhes constitui.
 - (B) Ao ver os nativos, os colonizadores lhes julgam como crianças amorais e supersticiosas, imputando-as uma extrema ingenuidade.
 - (C) Diante dos nativos, os colonizadores consideram-nos incapazes de constituir uma cultura equivalente àquela dos europeus.
 - (D) A cultura europeia, de cuja os colonizadores tanto se orgulham, tem pouco a ver com a dos nativos, que também lhes vangloriam.
 - (E) Se afastando dos valores de uma cultura, acaba-se por desconsiderá-la a importância que ela deve ter a partir de si mesma.
-

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

Linguagens

Há muitas linguagens em nossa linguagem. Disse isso a um amigo, a propósito da diversidade de níveis de comunicação, e ele logo redarguiu:

– Mas certamente você concordará em que haverá linguagens boas e linguagens ruins, melhores e piores.

– Não é tão simples assim, respondi. Essa, como se sabe, é uma discussão acesa, um pomo da discórdia, que envolve argumentos linguísticos, sociológicos e políticos. A própria noção de erro ou acerto está mais do que relativizada. Tanto posso dizer “e aí, mano, tudo nos conformes?” como posso dizer “olá, como está o senhor?": tudo depende dos sujeitos e dos contextos envolvidos.

As linguagens de uma notícia de jornal, de uma bula de remédio, de um discurso de formatura, de uma discussão no trânsito, de um poema e de um romance diferenciam-se enormemente, cada uma envolvida com uma determinada função. Considerar a pluralidade de discursos e tudo o que se determina e se envolve nessa pluralidade é uma das obrigações a que todos deveríamos atender, sobretudo os que defendem a liberdade de expressão e de pensamento.

(Norton Camargo Pais, inédito)

15. Em relação às linguagens de que nos valem, predomina no texto o argumento segundo o qual
- (A) os parâmetros de julgamento devem ser fornecidos pelos especialistas que determinam a estrutura e o bom funcionamento delas.
 - (B) o emprego indiscriminado delas deve-se ao fato de que estamos sempre confundindo as boas com as insuficientes.
 - (C) elas são tão mais expressivas quanto mais alto é o nível de sofisticação cultural de quem as emprega.
 - (D) o valor delas deve ser compreendido em função dos que as usam e das situações em que são mobilizadas.
 - (E) não há um critério objetivo pelo qual se possa minimamente avaliar o emprego eficaz ou ineficaz de qualquer uma delas.
-
16. No último parágrafo do texto,
- (A) empregam-se como ilustrações textuais diferentes níveis de comunicação.
 - (B) corrobora-se a formulação de juízo aventada pelo amigo do autor do texto.
 - (C) vai-se de encontro à tese predominante do texto, que supõe valores relativos.
 - (D) elenca-se uma série de linguagens que atendem a um padrão de alta formalidade.
 - (E) associam-se a valores característicos dos discursos valores de natureza ética.
-



17. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Embora existam os que pensem diversamente, o emprego das linguagens revela porquê algumas são consideradas mais preferíveis do que outras.
 - (B) Apesar de que não houveram exemplos efetivamente ilustrativos, o texto dispõe de que os níveis de linguagem são vários e justificáveis.
 - (C) Não haverá como qualificar a eficácia do emprego de uma fala deixando de se considerar a situação do falante e o contexto dessa fala.
 - (D) Ainda que não se leve em conta as diferenças de linguagem, seria preciso que se considerasse as diferenças de situações implícitas.
 - (E) Deve-se a variação de linguagens os encantamentos que nos proporcionam a leitura de diferentes gêneros literários.
-
18. Constituem exemplos de figuras de linguagem os segmentos:
- (A) *discussão acesa e pomo da discórdia* (3º parágrafo)
 - (B) *muitas linguagens e níveis de comunicação* (1º parágrafo)
 - (C) *argumentos linguísticos e contextos envolvidos* (3º parágrafo)
 - (D) *como se sabe e Não é tão simples* (3º parágrafo)
 - (E) *envolve argumentos e noção de erro* (3º parágrafo)
-
19. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) Os chamados vícios de linguagem, aos quais recai a condenação dos gramáticos, são por vezes expressões aonde não falta alguma virtude.
 - (B) As linguagens de que se servem os usuários de uma língua encerram valores de uso aos quais ninguém pode se furtar.
 - (C) As restrições ao uso informal a cujas tantos abraçam não têm justificativas de que mereçam uma atenção mais séria.
 - (D) A linguagem dos surfistas, da qual os preconceituosos investem, atendem vivências às quais eles desfrutam.
 - (E) O tratamento de “mano”, em que o texto faz referência, é típico à bem determinadas parcelas da população.
-
20. Atente para estas orações:
- I. Há diferentes usos de linguagem.
 - II. Esses diferentes usos variam de acordo com as situações.
 - III. É sempre relativo, por isso, o valor desses usos.
- Essas orações articulam-se com clareza, coesão e correção num único período em:
- (A) O valor relativo das linguagens varia porque de acordo com os usos das diferentes situações em que se apresentam.
 - (B) Embora hajam diferentes usos da linguagem, de acordo com as situações, cujo valor no entanto deve relativizar-se.
 - (C) Tanto é relativo o valor de usos das linguagens que em seus diferentes empregos apresentam-se bastante variáveis.
 - (D) Os usos de linguagem variam consoante as diferentes situações, motivo pelo qual seu valor é sempre relativo.
 - (E) As diferentes situações de usos da linguagem fazem com que assim o valor das mesmas acabe sendo sempre relativo.
-

Grupo Temático I

Direito Penal

21. Segundo o entendimento dos tribunais superiores acerca da cominação, aplicação e individualização das penas,
- (A) as circunstâncias agravantes genéricas não se aplicam aos crimes culposos, com exceção da reincidência.
 - (B) a existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado podem ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.
 - (C) condenações transitadas em julgado constituem fundamento idôneo para análise desfavorável da personalidade do agente, se prestando para fundamentar a exasperação da pena-base como personalidade voltada para o crime.
 - (D) na dosimetria da pena, as condenações por fatos posteriores ao crime em julgamento podem ser utilizadas como fundamento para valorar negativamente a culpabilidade, a personalidade e a conduta social do réu.
 - (E) a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.
-



22. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre os crimes contra o patrimônio,
- (A) o sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial torna impossível a configuração do crime de furto, em razão da absoluta ineficácia do meio.
 - (B) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.
 - (C) no caso de furto de energia elétrica mediante fraude, o adimplemento do débito antes do recebimento da denúncia extingue a punibilidade.
 - (D) não configura o delito de extorsão (art. 158 do Código Penal) a conduta do agente que submete vítima à grave ameaça espiritual que se revelou idônea a atemorizá-la e compeli-la a realizar o pagamento de vantagem econômica indevida.
 - (E) o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.
-
23. De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores sobre os crimes contra a dignidade sexual,
- (A) a prática de passar as mãos nas coxas e seios da vítima menor de 14 anos, por dentro de sua roupa, não pode ser tipificado como crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal), haja vista que não houve a conjunção carnal.
 - (B) o estupro (art. 213 do Código Penal), com redação dada pela Lei nº 12.015/2009, é tipo penal misto alternativo. Logo, se o agente, no mesmo contexto fático, pratica conjunção carnal e outro ato libidinoso contra uma só vítima, pratica um só crime do art. 213 do Código Penal.
 - (C) a conduta consistente em manter casa para fins libidinosos é suficiente para a caracterização do crime tipificado no art. 229 do Código Penal, sendo desnecessário, para a configuração do delito, que haja exploração sexual, assim entendida como a violação à liberdade das pessoas que ali exercem a mercancia carnal.
 - (D) somente no crime de estupro, praticado mediante violência real, é que a ação penal é pública incondicionada. Nas demais modalidades de violência, trata-se de crime de ação penal condicionada a representação.
 - (E) segundo a legislação brasileira, o estupro coletivo é aquele praticado mediante concurso de três ou mais pessoas.
-
24. De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores sobre as disposições previstas na Lei nº 11.343/2006,
- (A) somente deverá incidir a causa de aumento do art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006 se a venda de drogas nas imediações de um presídio tenha como comprador um dos detentos ou alguém que estava frequentando o presídio.
 - (B) o grau de pureza da droga é relevante para fins de dosimetria da pena. De acordo com a Lei nº 11.343/2006, tal circunstância, juntamente com a natureza e a quantidade da droga apreendida, prepondera para o cálculo da dosimetria da pena.
 - (C) a participação do menor não pode ser considerada para configurar o crime de associação para o tráfico (art. 35) e, ao mesmo tempo, para agravar a pena como causa de aumento do art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006.
 - (D) a conduta consistente em negociar por telefone a aquisição de droga e também disponibilizar o veículo que seria utilizado para o transporte do entorpecente configura o crime de tráfico de drogas em sua forma consumada (e não tentada), ainda que a polícia, com base em indícios obtidos por interceptações telefônicas, tenha efetivado a apreensão do material entorpecente antes que o investigado efetivamente o recebesse.
 - (E) para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei nº 11.343/2006, faz-se necessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação.
-
25. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a aplicação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):
- I. É possível a aplicação da Lei Maria da Penha para violência praticada por irmão contra irmã, ainda que eles nem mais morem sob o mesmo teto.
 - II. É possível que a agressão cometida por ex-namorado configure violência doméstica contra a mulher ensejando a aplicação da Lei nº 11.340/06.
 - III. A suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
 - IV. É aplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
 - V. A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada a representação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) III e V.
 - (E) IV e V.



26. De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores sobre as disposições previstas nas Leis nº 8.137/1990, nº 8.176/1991 e nº 9.080/1995, que tratam dos crimes contra a ordem tributária e as relações de consumo,
- (A) constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo ou contribuição social, não prevendo a Lei nº 8.137/1990, contudo, a tipificação das mesmas condutas quanto aos acessórios.
 - (B) a Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe que “não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo”, não pode ser aplicada a fatos anteriores à sua edição.
 - (C) a constituição regular e definitiva do crédito tributário é suficiente para tipificar as condutas previstas no art. 1º, I a IV, da Lei nº 8.137/1990, não influenciando em nada, para fins penais, o fato de ter sido reconhecida a prescrição tributária.
 - (D) nos crimes previstos na Lei nº 8.137/1990, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que por meio de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá extinta a sua punibilidade.
 - (E) constitui crime contra a ordem econômica sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação.

27. De acordo com o Direito Penal Militar:

- I. É previsto na legislação castrense o perdão judicial.
- II. O Código Penal Militar adotou a teoria da previsibilidade na conceituação do delito culposos.
- III. Não se aplica aos crimes militares a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, prevista no Código Penal Comum.
- IV. O Código Penal Militar adota a teoria da ubiquidade em relação ao lugar do crime tanto para os crimes omissivos quanto para os comissivos
- V. É punível a cogitação no Direito Penal Militar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e V.
- (E) IV e V.

28. De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998),

- (A) a pena será aumentada de metade, se os crimes definidos na Lei nº 9.613/1998 forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.
- (B) somente constitui o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores se o valor em pecúnia envolvido tiver decorrido de um dos crimes referidos no rol exaustivo da Lei nº 9.613/1998.
- (C) a lei de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, muito embora criminalize a conduta de ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de determinados crimes, é omissa quanto à tipificação das condutas de importar ou exportar bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.
- (D) não é punível a tentativa de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (E) é adotada nos tribunais superiores brasileiros a doutrina norte-americana que aponta a existência de três fases distintas do crime de “lavagem” de bens, direitos e valores: a colocação, o encobrimento e a integração.

29. De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos crimes contra a fé pública,

- (A) não comete o delito de falsa identidade (art. 307) do Código Penal aquele que, conduzido perante a autoridade policial, atribui a si falsa identidade com o intuito de ocultar seus antecedentes, tendo em vista o princípio da autodefesa.
- (B) assim como nos demais crimes não patrimoniais em geral, os delitos contra a fé pública são incompatíveis com o instituto do arrependimento posterior, dada a impossibilidade material de haver reparação do dano causado ou a restituição da coisa subtraída.
- (C) a conduta do agente que altera, em parte, testamento particular, é tipificada como falsificação de documento particular.
- (D) tanto o charlatanismo (art. 283), quanto o curandeirismo (art. 284), são classificados no Código Penal como crimes contra a fé pública.
- (E) fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer papel público constitui contravenção penal.



30. De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca das excludentes de antijuridicidade,
- (A) embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado nos casos de estado de necessidade, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
 - (B) é cabível o estado de necessidade em crimes habituais.
 - (C) é admissível a legítima defesa contra quem age em estado de necessidade.
 - (D) não é admissível no direito brasileiro o estado de necessidade putativo.
 - (E) somente é possível a responsabilização por excesso doloso de quem age em estrito cumprimento do dever legal, nunca por excesso culposo.

Direito Processual Penal

31. Na fase de execução penal, foi proferida decisão que concedeu progressão de regime ao condenado. O órgão do Ministério Público interpôs recurso de agravo, nos termos do art. 197, da Lei de Execuções Penais e Mandado de Segurança, objetivando dar efeito suspensivo ao agravo em execução. Em relação ao Mandado de Segurança interposto é correto afirmar:
- (A) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para a interposição de Mandado de Segurança visando dar efeito suspensivo ao recurso de agravo em execução.
 - (B) O Mandado de Segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo ao agravo em execução interposto.
 - (C) É desnecessária a citação do réu como litisconsorte passivo.
 - (D) Não se revela constrangimento ilegal o manejo de Mandado de Segurança para se restabelecer regime prisional em desfavor de condenado, na pendência de irrisignação interposta.
 - (E) O manejo do Mandado de Segurança como sucedâneo recursal, notadamente com o fito de obter efeito suspensivo, revela-se de todo viável, podendo-se falar em direito líquido e certo na ação mandamental.
-
32. Ao tratar da iniciativa da ação penal, o Código de Processo Penal, estabelece, como regra, que a iniciativa será do Ministério Público. Todavia, mesmo nos crimes de ação pública, por vezes, a lei exige a representação do ofendido. Declarado judicialmente ausente o ofendido, terão qualidade para representá-lo APENAS
- (A) os herdeiros necessários, o curador especial ou advogado constituído.
 - (B) o cônjuge, ascendente ou descendente.
 - (C) o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - (D) os sucessores ou curador.
 - (E) os sucessores ou tutor.
-
33. Concluído o inquérito policial com a apresentação do relatório pela autoridade de polícia judiciária, o órgão do Ministério Público constata que os fatos descritos são típicos, graves, que há indícios de autoria, rol de testemunhas, representação da autoridade policial para a decretação da prisão preventiva e que a punibilidade do investigado já estaria extinta. Considerando a regra prevista no art. 42 do Código de Processo Penal, segundo a qual "o Ministério Público não poderá desistir da ação penal", o Promotor de Justiça deverá
- (A) requerer a remessa do inquérito policial ao Procurador-Geral de Justiça.
 - (B) requerer a manifestação da defesa sobre a extinção da punibilidade do agente.
 - (C) oferecer denúncia ratificando ou não a representação da autoridade policial.
 - (D) requerer o arquivamento do inquérito policial.
 - (E) oferecer denúncia e requerer a extinção da punibilidade do agente.
-
34. O Governo do Estado do Mato Grosso publicou edital de concurso público para provimento de cargo no Poder Executivo. O agente, utilizando-se de diploma de graduação expedido por Universidade Federal falsificado, inscreveu-se e participou das etapas do concurso até ser descoberto o crime. A competência para processar e julgar a ação penal será da Justiça
- (A) Estadual ou Federal de Mato Grosso, prevalecendo o critério da conexão objetiva.
 - (B) Estadual de Mato Grosso.
 - (C) Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso.
 - (D) Estadual ou Federal de Mato Grosso, prevalecendo o critério da prevenção.
 - (E) Especial Federal de Mato Grosso.



35. À luz do que disciplina o Código de Processo Penal sobre o incidente de falsidade,
- (A) a decisão irrecorrível não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.
 - (B) a decisão irrecorrível só fará coisa julgada nos autos da ação penal movida pelo Ministério Público para apurar a autoria da falsidade.
 - (C) tendo em vista o princípio da imparcialidade, não é possível que o juiz, de ofício, proceda à verificação da falsidade.
 - (D) não há previsão legal sobre a possibilidade de diligências no curso do incidente.
 - (E) é desnecessária a exigência de poderes especiais, na arguição de falsidade, feita por procurador constituído.
-
36. Seguindo a tendência da legislação brasileira de estabelecer prioridades de atendimento, o Código de Processo Penal estabelece que se dará prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, bem como
- (A) nos crimes praticados contra grupos vulneráveis, mediante requisição da autoridade policial, judiciária ou do Ministério Público.
 - (B) nos crimes de feminicídio, ainda que não relacionado à violência doméstica ou familiar.
 - (C) em qualquer crime contra a pessoa ou o patrimônio de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
 - (D) na violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
 - (E) nos crimes contra a dignidade sexual.
-
37. Ao tratar da prova, o Código de Processo Penal estabelece que serão considerados documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares. Em relação aos documentos em língua estrangeira, eles
- (A) só poderão ser juntados aos autos, traduzidos ou não, mediante requerimento das partes.
 - (B) sendo originários de órgãos públicos não necessitam de tradução, enquanto que os particulares deverão sempre ser traduzidos.
 - (C) só poderão ser juntados aos autos após necessariamente traduzidos por tradutor público ou pessoa idônea nomeada pela autoridade.
 - (D) poderão ser juntados aos autos, mas deverão ser posteriormente traduzidos por tradutor público ou pessoa idônea nomeada pela autoridade.
 - (E) poderão ser juntados aos autos, mesmo sem tradução, se a crivo do julgador esta se revele desnecessária e não cause prejuízo às partes.
-
38. Nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal, só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. Durante o parto, em relação às mulheres grávidas, o uso de algemas
- (A) poderá ser substituído por medicamentos que tornem inviável a fuga da mulher grávida.
 - (B) deverá ser justificado por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade.
 - (C) é vedado pelo Código de Processo Penal.
 - (D) não é vedado pelo Código de Processo Penal, mas não é admitido por razões humanitárias.
 - (E) é permitido em caso de prisão em flagrante delito ou decretada por autoridade judiciária competente.
-
39. O juiz, na sentença, estabelecerá o regime no qual o condenado iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade. Para a concessão de regime aberto, o juiz poderá estabelecer condições especiais, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias:
- I. Permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga.
 - II. Sair para o trabalho e retornar nos horários fixados.
 - III. Não se ausentar da cidade onde reside e depositar o passaporte em juízo.
 - IV. Comparecer a juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, III e IV.



40. O Código de Processo Penal e a Lei de Execuções Penais disciplinam a prisão em residência particular. É requisito comum a ambas as normas:
- (A) ser o homem preso o único responsável pelos cuidados de criança de até 12 anos de idade.
 - (B) a presa ser gestante.
 - (C) a pessoa beneficiada ser maior de 70 anos.
 - (D) estar o(a) preso(a) extremamente debilitado(a) por motivo de doença grave.
 - (E) a prisão domiciliar substituir a prisão em regime fechado.

Grupo Temático II

Direito Civil

41. Em relação às obrigações de dar coisa certa, é correto afirmar que,
- (A) como regra geral, a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
 - (B) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
 - (C) sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, nesses casos sem direito a reclamar perdas e danos.
 - (D) até a tradição, pertence a coisa ao credor, com seus acréscimos, pelos quais poderá exigir aumento do preço, com ou sem anuência do devedor.
 - (E) deteriorada a coisa, sem culpa do devedor, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, nesse caso sem abatimento do preço pela referida ausência de culpa do devedor.

42. No tocante ao pagamento,
- (A) não é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas, pela insegurança patrimonial causada ao devedor.
 - (B) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se mais valiosa, pois nesse caso faltará interesse econômico à rejeição.
 - (C) quando feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que não era credor.
 - (D) em qualquer hipótese considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, pela presunção legal absoluta daí decorrente.
 - (E) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor; se pagar antes de vencida a dívida, só terá direito ao reembolso no vencimento.

43. Em relação ao casamento, e de acordo com o Código Civil, considere os enunciados:
- I. É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.
 - II. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.
 - III. O casamento religioso, e somente o que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, a partir desse ato produzindo efeitos jurídicos.
 - IV. Será tido por inexistente o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído casamento civil com outrem.
 - V. Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade de dezesseis anos, para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) I e II.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, III, IV e V.



44. Em relação às fundações, é correto afirmar:
- (A) Somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
 - (B) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados voltarão necessariamente ao patrimônio do instituidor ou de seus herdeiros.
 - (C) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a mudança não contrarie ou desvirtue sua finalidade, além de ser aprovada pelo Ministério Público no prazo máximo de 45 dias e que seja deliberada pela unanimidade de seus gestores e representantes.
 - (D) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, será ela extinta pelo Ministério Público, incorporando-se seu patrimônio ao Estado membro, com vinculação da destinação àquela a que objetivava a fundação extinta.
 - (E) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

45. A compra e venda
- (A) é nula a de ascendente a descendente, salvo se os demais descendentes e o cônjuge do alienante consentirem com o ato.
 - (B) não admite a fixação do preço em função de índices ou parâmetros, ainda que suscetíveis de determinação objetiva, pela insegurança jurídica que traria às partes contratantes.
 - (C) já transfere de imediato o domínio, uma vez celebrado o contrato respectivo, em se tratando de bem móvel.
 - (D) é lícita entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
 - (E) só pode ter por objeto coisa atual, ficando sem efeito o contrato se tratar-se de coisa futura, que poderá não existir.

46. Um avô dispõe por testamento público em favor de seu neto, já concebido mas ainda não nascido. Tendo esse neto nascido morto, esse testamento, de acordo com o Código Civil,
- (A) inicialmente válido, será tido por ocasião da morte do nascituro como ineficaz mas não nulo, pois era juridicamente possível que o avô beneficiasse o neto concebido, dentro da teoria adotada pela legislação civil.
 - (B) será tido por válido de início, mas ato jurídico inexistente quando do nascimento sem vida, desaparecendo todos os efeitos jurídicos pelo não implemento da condição prevista em relação ao neto concebido.
 - (C) inicialmente válido, será tido por ocasião da morte do nascituro como nulo, pelo não implemento da condição prevista no testamento, ou seja, o nascimento com vida do neto concebido.
 - (D) será tido por ineficaz desde a disposição testamentária, pela impossibilidade de beneficiar por testamento quem ainda não possui personalidade jurídica.
 - (E) será válido e eficaz apesar do nascimento sem vida do neto beneficiado pelo testamento, pois a teoria adotada pelas normas civis, concepcionista, prescinde do nascimento com vida para gerar efeitos jurídicos permanentes e incondicionados.

47. São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

Essa norma, prevista no Código Civil,

- (A) concerne ao direito à propriedade e defende a plena possibilidade de uso, fruição e disponibilidade do bem, direito real que é.
- (B) tem a ver com a função social da propriedade, somente, vedando atos impregnados de ilegalidade.
- (C) veda o abuso do direito, que embora lícito em sua literalidade desvia-se da finalidade social da norma e gera a ineficácia do ato.
- (D) diz respeito à vedação do abuso do direito, considerado ato ilícito pela legislação civil, e interpreta-se em harmonia com o princípio da função social da propriedade.
- (E) diz respeito ao abuso do direito como ato emulativo, mas não se harmoniza com a função social da propriedade nem gera a invalidade do ato, somente possibilitando perdas e danos ao ofendido.



48. No que tange às relações de parentesco e à filiação, é correto afirmar:
- (A) Em nenhuma hipótese pode alguém vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento.
 - (B) Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.
 - (C) É suficiente o adultério da mulher, desde que por ela confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.
 - (D) Na linha colateral, a afinidade entre parentes não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.
 - (E) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por fecundação artificial homóloga, salvo se falecido o marido.
-
49. Ana Lúcia e Heitor, ela com sessenta e cinco, ele com sessenta e sete anos, casam-se pelo regime de comunhão universal, tendo antes estipulado pacto antenupcial por escritura pública para adoção desse regime; dois anos depois arrependem-se e requerem judicialmente alteração do regime para o de comunhão parcial de bens. Em relação a ambas as situações,
- (A) era possível a estipulação do pacto antenupcial, pois ambos não haviam atingido setenta anos de idade; é possível também a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
 - (B) embora possível o pacto antenupcial, a alteração do regime de bens escolhido só é possível após três anos de casamento, mediante autorização judicial, explicitação de motivos e ressalvados direitos de terceiros.
 - (C) era possível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido de ambos os cônjuges, sem especificação de razões, por se tratar de questões privadas do casal; era possível o pacto antenupcial, mas por serem maiores de 65 anos somente para o regime de separação de bens.
 - (D) não era possível o pacto antenupcial porque Ana Lúcia já tinha 65 anos de idade, o que tornava obrigatório o regime de separação de bens; a alteração do regime de bens era no caso necessária, para o citado regime de separação de bens, prescindindo de autorização judicial.
 - (E) era possível o pacto antenupcial, escolhendo qualquer regime, pois não haviam atingido setenta anos; era possível alterar o regime de bens, a qualquer tempo, prescindindo de autorização judicial, mas ressalvados direitos de terceiros.
-
50. Em relação ao testamento, considere os enunciados:
- I. Podem testar os maiores de dezesseis anos; não podem fazê-lo os incapazes e o surdo-mudo, permitindo-se ao cego o testamento público.
 - II. A incapacidade superveniente do testador invalida o testamento, mas o testamento do incapaz convalida-se com a superveniência da capacidade.
 - III. É defeso o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.
 - IV. A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.
 - V. São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) III, IV e V.
 - (C) I, II, IV e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) II, III, IV e V.
-

Direito Processual Civil

51. Relativamente às suas funções no Processo Civil, é correto afirmar que o Ministério Público
- (A) atuará na defesa da ordem pública, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais, disponíveis ou indisponíveis.
 - (B) tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, desde que haja recurso próprio da parte.
 - (C) tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito da criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.
 - (D) tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho, a não ser que o segurado esteja assistido por advogado.
 - (E) enquadra seu membro como civil, regressiva ou diretamente responsável quando agir com culpa, dolo ou fraude no exercício de suas funções.
-



52. João Alberto ajuizou e perdeu parcialmente ação contra Maria Eduarda. Apela e a seu recurso Maria Eduarda adere e interpõe o recurso adesivo cabível. Distribuídos os apelos ao Segundo Grau, João Alberto desiste do apelo, sem que Maria Eduarda seja ouvida. Essa desistência
- (A) é possível, pois o recurso adesivo é subordinado ao recurso independente e a desistência deste não depende de anuência do recorrente adesivo, que não terá seu recurso conhecido.
 - (B) não é possível, porque uma vez interpostos o recurso principal e o adesivo estes se vinculam, o que impede a desistência ou a renúncia por quaisquer das partes.
 - (C) não é possível, pois embora o recurso adesivo seja subordinado ao recurso principal, a desistência do apelo principal depende sempre da oitiva do recorrente adesivo, uma vez que este não terá seu recurso conhecido como consequência da desistência.
 - (D) é possível, mas o ato não impedirá o conhecimento e a análise meritória do recurso adesivo, que após a desistência passa a ter existência processual independente.
 - (E) não é possível, pois todo ato processual de uma parte depende, para seu deferimento, da oitiva da parte contrária no atual sistema processual civil.

53. Se a petição inicial não preencher os requisitos legais, apresentando defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito e verificando-se ainda a incapacidade processual da parte, deverá o juiz,
- (A) em ambas as situações, extinguir desde logo o processo, pois o atual sistema processual civil não admite vícios em relação à petição inicial nem convalida a incapacidade processual verificada no início da demanda.
 - (B) em ambas situações, suspender o processo e designar prazo razoável para que sejam sanados os vícios.
 - (C) quanto aos defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, determinar que o autor emende a inicial ou a complete em quinze dias, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado; quanto à incapacidade processual verificada, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
 - (D) em ambas as situações, sem suspender o processo, determinar a emenda à inicial e o suprimento do vício processual no prazo de quinze dias.
 - (E) determinar a emenda à inicial em quinze dias quanto aos defeitos e irregularidades verificados, extinguindo desde logo o processo no tocante à incapacidade processual verificada, por se tratar de vício que não admite convalidação.

54. Em relação à competência, considere os enunciados:

- I. A incompetência absoluta deve ser alegada como questão preliminar de contestação; a relativa, como exceção, a ser autuada e julgada como incidente processual.
- II. A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- III. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- IV. Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

55. Em relação aos prazos no atual CPC, é correto afirmar:

- (A) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos ou não, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- (B) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo, por não ter ainda existência jurídica.
- (C) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, desde que haja declaração judicial nesse sentido, podendo a parte, porém, provar justa causa para sua não realização.
- (D) A parte poderá renunciar tácita ou expressamente ao prazo, desde que estabelecido exclusivamente em seu favor.
- (E) Ao juiz é defeso reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.



56. De acordo com o Código de Processo Civil e entendimento jurisprudencial do STJ, em regra, sendo as partes maiores e capazes, o Ministério Público NÃO atua
- (A) nas ações rescisórias, salvo somente se a decisão rescindenda for efeito de simulação.
 - (B) nos procedimentos de jurisdição voluntária.
 - (C) na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviços públicos.
 - (D) nos litígios individuais pela posse de terra rural ou urbana.
 - (E) nas ações civis públicas em defesa do patrimônio público.
-
57. Patrícia ajuíza demanda indenizatória material e moral contra Renata, por danos havidos em acidente de trânsito. Ao julgar procedente a ação, o juiz monocrático analisa só os danos morais, pedidos em R\$ 10.000,00 mas concedidos em R\$ 20.000,00, pela gravidade das consequências à autora. Nada diz sobre os danos materiais. Renata apela quanto aos danos morais, limitando-se a repetir os termos da contestação, sem rebater concretamente a sentença. Nessas circunstâncias o juiz julgou
- (A) *citra petita* ao omitir o exame dos danos materiais e *extra petita* ao fixar danos morais acima do pedido, infringindo em ambos os casos o princípio da congruência; Renata não infringiu princípio algum, pois é possível apelar fazendo remissão à contestação apresentada, que deverá ser analisada pelo Tribunal pelo princípio devolutivo recursal, independentemente das razões da sentença.
 - (B) *citra petita* ao não analisar os danos materiais e infringiu o princípio da eventualidade ao fixar os danos morais acima do pedido, nesse ponto decidindo ainda *extra petita*; Renata apelou sem obedecer ao princípio da dialeticidade.
 - (C) *citra petita* ao não analisar os danos materiais e infringiu o princípio da adstrição ou congruência ao fixar os danos morais acima do pedido, nesse ponto decidindo ainda *ultra petita*; Renata apelou sem obedecer ao princípio da dialeticidade.
 - (D) *extra petita* tanto ao omitir o exame dos danos materiais como ao arbitrar danos morais acima do pedido, infringindo o princípio da adstrição ou congruência, mesmo princípio que Renata feriu ao não rebater concretamente a sentença ao apelar.
 - (E) *infra petita* ao omitir os danos materiais e nesse ponto infringiu o princípio translativo, bem como na fixação superior ao pedido dos danos morais; Renata lesou o princípio da dialeticidade ao apelar sem atenção à sentença.
-
58. A tutela provisória
- (A) se suspenso o processo, como regra perde ela sua eficácia durante o período respectivo.
 - (B) de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
 - (C) conserva sua eficácia na pendência do processo, só podendo ser revogada ou modificada por ocasião do saneamento processual ou da sentença.
 - (D) se requerida em caráter incidental, depende do pagamento de custas processuais.
 - (E) de urgência só poderá ser concedida em caráter antecedente, pois a urgência precede, quanto aos fatos, o pedido inicial de antecipação tutelar.
-
59. Com respeito à execução da prestação alimentícia, considere:
- I. Na execução fundada em título executivo extrajudicial que contenha obrigação alimentar, o juiz mandará intimar o executado para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento das parcelas anteriores ao início da execução e das que se vencerem no seu curso, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.
 - II. O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.
 - III. O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos em que houver sido concedida.
 - IV. Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data do vencimento de cada parcela, defesas a repetibilidade e a compensação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e III.
 - (E) II, III e IV.



60. No que tange às ações possessórias, é correto afirmar:
- (A) Contra as pessoas jurídicas de direito público poderá ser deferida de imediato a manutenção possessória, mas a reintegração liminar dependerá de prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
 - (B) No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há menos de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até quinze dias.
 - (C) É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos, mas a indenização dos frutos deverá ser pleiteada por ação autônoma.
 - (D) Na pendência de ação possessória é possível, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, que obstará a manutenção ou a reintegração de posse.
 - (E) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados. No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

Grupo Temático III

Direito Constitucional

61. À luz da disciplina dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria,
- (A) o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, e poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa, exigindo-se, para tanto, a manifestação de vontade do indivíduo e laudos médico e psicossocial atestando a necessidade da alteração.
 - (B) em tema de cooperação internacional na repressão a atos de criminalidade comum, a existência de vínculos conjugais e/ou familiares com pessoas de nacionalidade brasileira se qualifica como causa obstativa da extradição.
 - (C) os prazos da licença-adoptante e das respectivas prorrogações podem ser inferiores ao prazo da licença-gestante, ademais de, em relação à licença-adoptante, ser possível a fixação de prazos diversos em função da idade da criança adotada, conforme as necessidades inerentes à fase de vida da criança.
 - (D) não é lícito ao Poder Judiciário impor à Administração pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais, sob o argumento de se dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, em virtude de ser oponível à decisão o argumento da reserva do possível, bem como o princípio da separação dos poderes.
 - (E) a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas *a posteriori*, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.
62. De acordo com disposições normativas pertinentes e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do controle de constitucionalidade no direito brasileiro,
- (A) o Estado-membro possui legitimidade para recorrer contra decisão proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade, ainda que a ação respectiva tenha sido ajuizada por seu governador.
 - (B) a ação direta de inconstitucionalidade de competência originária do STF é o meio processual adequado para o controle de decreto regulamentar de lei estadual.
 - (C) a alteração do parâmetro constitucional, quando o processo ainda está em curso, prejudica o conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade.
 - (D) Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados.
 - (E) não poderá ser conhecida e julgada ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto medida provisória que, antes do julgamento da ação, seja convertida em lei, sem alterações.



63. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, será compatível com a repartição de competências estabelecida na Constituição Federal lei estadual que
- (A) obrigue operadoras de plano de saúde a fornecer ao consumidor informações e documentos em caso de negativa de cobertura.
 - (B) discipline a comercialização de títulos de capitalização, estabelecendo obrigações e impedimentos para sua venda e publicidade.
 - (C) preveja prazos máximos para que as empresas de planos de saúde autorizem exames médicos aos usuários.
 - (D) exija Certidão negativa de Violação aos Direitos do Consumidor dos interessados em participar de licitações e em celebrar contratos com órgãos e entidades da Administração pública estadual.
 - (E) estabeleça regras para a cobrança pela prestação de serviços privados de estacionamento de veículos em áreas particulares.
-
64. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca das medidas provisórias,
- (A) é compatível com a Constituição Federal a inserção de emendas parlamentares ao projeto de conversão em lei de medida provisória, independentemente da relação de pertinência temática com a medida provisória originalmente submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) a definição do que seja relevante e urgente para fins de edição de medidas provisórias consiste, em regra, em um juízo político de competência do Presidente da República, controlado pelo Congresso Nacional, não cabendo ao Poder Judiciário, salvo em caso de notório abuso, imiscuir-se na análise dos referidos pressupostos constitucionais.
 - (C) é constitucional medida provisória ou lei decorrente de conversão de medida provisória cujo conteúdo normativo caracterize a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória anteriormente rejeitada, de eficácia exaurida por decurso do prazo ou que ainda não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal.
 - (D) o sobrestamento das deliberações legislativas decorrentes da não apreciação de medidas provisórias no prazo de 45 dias contados de sua publicação alcança todas as proposições legislativas que tramitem no Congresso Nacional, e não somente as que versem sobre temas passíveis de serem tratados por medida provisória.
 - (E) somente é compatível com a Constituição Federal a edição de medidas provisórias pelo Presidente da República, não sendo admissível sua adoção pelos chefes do Poder Executivo dos estados por se tratar de instrumento de exceção ao princípio da separação dos poderes, a comportar interpretação restritiva.
-
65. De acordo com a disciplina relativa à Organização dos Poderes na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria,
- (A) os membros do Conselho Nacional de Justiça são processados e julgados pelo Senado Federal nos crimes comuns e de responsabilidade.
 - (B) o Presidente da Câmara dos Deputados, na vigência do seu mandato, não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício da sua função.
 - (C) há necessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa para que o Superior Tribunal de Justiça receba denúncia criminal contra o Governador de Estado.
 - (D) ante uma acusação pela prática de crime comum contra o Presidente da República, não cabe ao Supremo Tribunal Federal proceder à análise de questões jurídicas eventualmente atinentes à denúncia antes do exercício de juízo político de admissibilidade pela Câmara dos Deputados.
 - (E) com exceção de processos em que se apurem eventuais práticas de crime, os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
-
66. De acordo com o ordenamento jurídico e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a disciplina da Ordem Social na Constituição Federal,
- (A) o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras não pode ter natureza confessional, de modo que não pode ser vinculado a nenhuma religião específica.
 - (B) somente as universidades particulares gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, subordinando-se as públicas, sob tais aspectos, ao Ministério competente para a matéria no âmbito da Administração federal.
 - (C) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo, contudo, vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
 - (D) é admissível, atualmente, o ensino domiciliar (*homeschooling*) como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação.
 - (E) tendo em vista o direito universal à saúde, o Estado, em regra, poderá ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais por decisão judicial, ainda que ausente o seu registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

**Direitos Humanos**

67. De acordo com o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos,
- (A) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos não poderá atuar em casos de violação de direitos humanos nos quais o Estado acusado não tenha ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos.
 - (B) o princípio do *non refoulement*, previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos, consiste em uma garantia do refugiado para que este não seja reenviado para um Estado onde possa estar sujeito a tratamento desumano ou a perseguição política.
 - (C) o fato de um Estado-Parte ter denunciado o Pacto de San José da Costa Rica impede a Corte Interamericana de Direitos Humanos de apreciar eventuais casos de violações ocorridos anteriormente à data da referida denúncia.
 - (D) a Convenção Americana de Direitos Humanos não permite que a lei interna de um país faça restrições ao direito de reunião.
 - (E) a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem apenas competência consultiva, de interpretação das disposições da Convenção Americana e das disposições de tratados relativos à proteção dos direitos humanos, não apresentando qualquer competência contenciosa.
-
68. Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990), a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes, NÃO se considera criança o indivíduo com idade igual ou superior a
- (A) 18 anos.
 - (B) 16 anos.
 - (C) 14 anos.
 - (D) 12 anos.
 - (E) 17 anos.
-
69. A propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo (Decreto nº 6.949/2009),
- (A) a aprovação havida por meio de Decreto Legislativo do Congresso Nacional com o quórum qualificado de maioria absoluta dos membros de suas Casas assegura-lhe o *status* de norma supralegal no ordenamento jurídico brasileiro.
 - (B) os Estados-Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal limitada, em desigualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.
 - (C) as pessoas com deficiência deverão ter assegurado acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em desigualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.
 - (D) os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na Convenção.
 - (E) o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência poderá receber comunicações submetidas por pessoas ou grupo de pessoas que aleguem serem vítimas de violação das disposições da Convenção, referentes a qualquer Estado, signatário ou não do Protocolo Facultativo à Convenção.
-
70. Segundo o disposto no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) acerca das comunicações submetidas ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por pessoas ou grupo de pessoas que aleguem serem vítimas de violação das disposições da Convenção por Estados-Partes,
- (A) devem ter sido esgotados todos os recursos internos disponíveis, ainda que a tramitação desses recursos se prolongue injustificadamente.
 - (B) é admissível a comunicação anônima.
 - (C) os fatos que motivaram a comunicação podem ter ocorrido antes da entrada em vigor do Protocolo para o Estado-Parte em apreço, ainda que não mais continuem ocorrendo.
 - (D) o fato de a comunicação estar precariamente fundamentada ou não suficientemente substanciada não impede a sua admissibilidade.
 - (E) a comunicação será inadmissível quando a mesma matéria já tenha sido ou esteja sendo examinada sob outro procedimento de investigação ou resolução internacional.

**Direito Eleitoral**

71. Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral:

- I. Exercerá as funções de Procurador-Geral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o Procurador-Geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal. O Procurador-Geral poderá designar outros membros do Ministério Público da União, com exercício no Distrito Federal, e sem prejuízo das respectivas funções, para auxiliá-lo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, onde não poderão ter assento.
- II. Os juízes dos Tribunais Eleitorais servirão sempre por dois anos, obrigatoriamente, podendo ser reconduzidos por mais dois biênios consecutivos.
- III. Compete aos Procuradores Regionais exercer, perante os Tribunais Regionais junto aos quais servirem, as atribuições do Procurador-Geral, o qual poderá autorizar os Procuradores Regionais a requisitar, para auxiliá-los nas suas funções, membros do Ministério Público local, que terão assento nas sessões do Tribunal enquanto perdurar a requisição.
- IV. Os Tribunais Regionais deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros em quaisquer ações, inclusive nas que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas.
- V. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, entre outras, a competência para processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais, bem como o *habeas corpus* ou mandado de segurança, em matéria eleitoral, contra ato de autoridades que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e, em grau de recurso, os denegados ou concedidos pelos juízes eleitorais; ou, ainda, o *habeas corpus* quando houver perigo de se consumar violência antes que o juiz competente possa prover sobre a impetração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e V.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III, IV e V.

72. Em relação ao alistamento, ao voto e à obrigatoriedade de seu exercício, é correto afirmar que

- (A) não podem alistar-se como eleitores somente os analfabetos e os que não saibam exprimir-se na língua nacional.
- (B) sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor obter passaporte ou carteira de identidade, entre outras restrições.
- (C) o eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 45 dias após a realização da eleição, incorrerá em multa de cinco a dez por cento sobre o salário mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral.
- (D) o alistamento é obrigatório para todos os brasileiros, salvo apenas para os maiores de sessenta anos, pois já enquadrados no Estatuto do Idoso.
- (E) o voto não é obrigatório para os militares.

Direito Administrativo

73. Em matéria de servidor público:

- (A) Não há cargo sem função, tampouco função sem cargo.
- (B) Há distinção entre cargo e emprego público, pois o vínculo que une o servidor à Administração pública é diferente.
- (C) Inexiste diferença entre cargo e emprego público, pois em ambos os casos o vínculo que une o servidor à Administração pública é o mesmo.
- (D) Todo servidor público só pode ser contratado mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, sem qualquer exceção.
- (E) Não há previsão legal para que o servidor público seja contratado mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.



74. Mares e rios, terrenos e edifícios destinados aos serviços da Administração pública são exemplos de bens públicos, respectivamente,
- (A) de uso especial.
 - (B) de uso comum do povo e dominicais.
 - (C) de uso comum do povo.
 - (D) dominicais.
 - (E) de uso comum do povo e de uso especial.
-
75. A modalidade de licitação adequada para escolha do trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, a exemplo de projeto de arquitetura para um ginásio poliesportivo, é
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) leilão.
 - (E) concurso.
-
76. Quanto à dispensa e inexigibilidade de licitação,
- (A) em geral, nas hipóteses de dispensa há possibilidade de competição, e nas de inexigibilidade, não.
 - (B) não há distinção entre ambas.
 - (C) a dispensa é espécie da inexigibilidade.
 - (D) a inexigibilidade é espécie da dispensa.
 - (E) não existem, porque a licitação será sempre exigível.
-
77. “Atividade estatal consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”, conceitua-se
- (A) coercibilidade.
 - (B) discricionariedade.
 - (C) autoexecutoriedade.
 - (D) poder de polícia.
 - (E) proibidade administrativa.
-

Direito Financeiro e Tributário

78. No tocante ao ICMS, e de acordo com a Constituição Federal, lei estadual de Mato Grosso pode definir como fato gerador do ICMS
- (A) operações que destinem ao exterior ouro e mercadorias elaboradas com este metal, excluído ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, e desde que estas operações de exportação sejam oneradas pelo Imposto de Exportação, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações anteriores.
 - (B) operações que destinem a outros estados brasileiros petróleo importado do Oriente Médio, bem como lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, exceto quando provenientes do Reino da Arábia Saudita e da República do Iraque.
 - (C) a entrada de joias importadas do exterior, por pessoa física domiciliada em Campo Grande/MS, para seu próprio uso, ainda que ela não seja contribuinte habitual do imposto, estabelecendo, também, que esse imposto será devido ao estado de Mato Grosso.
 - (D) operações que destinem mercadorias para o exterior, desde que tais mercadorias sejam oneradas pelo Imposto de Exportação, tais como as armas e munições, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações anteriores.
 - (E) as prestações de serviço de comunicação, sejam estas prestações de âmbito intramunicipal, intermunicipal e interestadual, nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens, desde que a recepção não seja livre e gratuita.
-



79. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público devem fiscalizar o cumprimento das normas previstas na Lei Complementar nº 101/2000.

Dentre as normas cujo cumprimento deve ser fiscalizado, encontram-se as previstas nos artigos 22 e 23 da referida lei, que tratam do controle da despesa total com pessoal.

De acordo com tais normas, a verificação do cumprimento dos limites de despesa será realizada ao final de cada quadrimestre, e, quando o total da despesa com pessoal exceder 95% do limite fixado com base em percentual da receita corrente líquida, ao Poder ou ao órgão que houver incorrido no excesso fica

- (A) vedada a realização de deslocamentos de servidores quando implicarem pagamento de diárias ou de quaisquer outras verbas de natureza indenizatória ou não, ressalvados os deslocamentos de servidores das áreas de saúde e segurança, desde que estes deslocamentos não impliquem despesa mensal superior a 12,5% da remuneração mensal bruta do servidor que se desloca e que não ocorra mais de quatro vezes por quadrimestre.
- (B) vedada a utilização de veículos oficiais para o transporte de autoridades, com frequência superior a duas vezes por semana, durante todo o quadrimestre que se seguir àquele em que se tiver verificado o excesso, e, não tendo havido redução deste total para o percentual de 80%, a utilização destes veículos deverá ser suspensa até que ocorra a adequação orçamentária devida.
- (C) vedado o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- (D) vedada a alteração de estrutura de carreira.
- (E) vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, ainda que derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

80. Considere as quatro situações abaixo descritas e as afirmações feitas ao final de cada uma delas, relativamente ao ITCMD.

- I. Erivalda Ercília, domiciliada em Palmas/TO, entregou à sua prima Ludmila Matilde, domiciliada em Manaus/AM, a título de permuta, uma casa de sua propriedade, localizada em Porto Alegre/RS, recebendo de Ludmila, em contrapartida, um apartamento localizado em Maceió/AL. Há ITCMD devido tanto ao Estado de Alagoas como ao Estado do Rio Grande do Sul.
- II. Aldo Albérico, que sempre foi domiciliado em Corumbá/MT, faleceu e deixou para seu único filho, Jorge Ramón, domiciliado em Santos/SP, os seguintes bens: (1) uma casa localizada em Belo Horizonte/MG e (2) R\$ 1.000.000,00, depositados em conta corrente aberta em agência bancária da cidade de Curitiba. O processo judicial de arrolamento tramitou em Corumbá. Não há ITCMD devido ao Estado de Mato Grosso em decorrência desta transmissão.
- III. Dora Eleonora, domiciliada em Salvador/BA, doou à sua amiga Abigail Eugênia, domiciliada em Rio Branco/AC, a sua propriedade de imóvel localizado no Rio de Janeiro/RJ, reservando para si o usufruto deste bem imóvel. Há ITCMD devido ao Estado da Bahia em razão dessa doação.
- IV. Evilásio Hércules, domiciliado em Caruaru/PE, doou à seu amigo Ciro Alberico, domiciliado em Chapecó/SC, a sua propriedade de um terreno localizado em Teresina/PI, bem como todos os bens móveis que se encontravam no referido terreno, reservando para si, no entanto, o usufruto deste bem imóvel. Há ITCMD devido ao Estado de Pernambuco, em razão da doação efetuada.

Com base nas regras constitucionais acerca do ITCMD, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) IV.
- (C) I.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

Grupo Temático IV

Direitos Difusos e Coletivos: Direito Ambiental e Urbanístico

81. Segundo prevê o art. 225 da Constituição Federal “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nesse caso,

- (A) degradação ambiental e poluição são expressões que se equivalem.
- (B) como cabe ao Poder Público o dever de defender o meio ambiente, jamais poderá ser responsabilizado por sua degradação.
- (C) o poluidor será sempre a pessoa física ou jurídica de direito privado, responsável, direta ou indiretamente, pela degradação ambiental.
- (D) o poluidor será a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- (E) a poluição será sempre ilícita.



82. No Direito Ambiental, o dever de recompor o meio ambiente lesado ou de indenizar pelos danos causados refere-se ao princípio
- (A) do poluidor-pagador.
 - (B) do desenvolvimento sustentável.
 - (C) do equilíbrio.
 - (D) do limite.
 - (E) da prevenção.
-
83. No art. 1º, *caput* da Lei nº 11.105/2005 está expresso o seguinte princípio de Direito Ambiental:
- (A) Limite.
 - (B) Precaução.
 - (C) Impessoalidade.
 - (D) Legalidade.
 - (E) Equilíbrio.
-
84. A obrigatoriedade da criação do Plano Diretor previsto no art. 41 da Lei nº 10.257/2001, dentre outros requisitos legais, se coloca para municípios a partir de
- (A) 18.000 habitantes.
 - (B) 10.000 habitantes.
 - (C) 20.000 habitantes.
 - (D) 15.000 habitantes.
 - (E) 8.000 habitantes.
-
85. O Estudo de Impacto de Vizinhança, de acordo com a Lei nº 10.257/2001,
- (A) inexige participação popular.
 - (B) substitui o Estudo de Impacto Ambiental.
 - (C) não substitui o Estudo de Impacto Ambiental.
 - (D) prescinde de lei municipal.
 - (E) não guarda relação com o princípio da prevenção.

Direitos Difusos e Coletivos: Direito Sanitário

86. No Direito Sanitário,
- (A) o acesso aos seus serviços não é universal.
 - (B) aplicam-se os princípios da precaução e da sustentabilidade.
 - (C) não se aplicam os princípios da precaução e da sustentabilidade.
 - (D) a responsabilidade do estado não é objetiva.
 - (E) a responsabilidade do ente privado, que atua em nome do estado nunca é objetiva.
-
87. A administração dos recursos no Sistema Único de Saúde competirá sempre
- (A) a outros entes públicos que não os Municípios, estes que jamais administrarão recursos do Sistema Único da Saúde.
 - (B) à União, através do Ministério da Saúde.
 - (C) à União e aos Estados, através do Ministério da Saúde e respectivas Secretarias de Saúde.
 - (D) à União, através do Ministério da Saúde, caso Municípios, Estados e o Distrito Federal não atendam o disposto no art. 4º da Lei nº 8.142/1990.
 - (E) aos Estados, através das respectivas Secretarias de Saúde, mesmo que os Municípios atendam o disposto no art. 4º da Lei nº 8.142/1990.

Direitos Difusos e Coletivos: Direito do Consumidor

88. Não identificado o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador do bem,
- (A) o comerciante do respectivo produto não poderá ser responsabilizado.
 - (B) a reparação de danos causados ao consumidor ficará prejudicada.
 - (C) caberá ao consumidor identificá-lo, para que o dano seja reparado.
 - (D) não haverá direito de regresso, caso a reparação recaia sobre terceiros.
 - (E) o comerciante do respectivo produto poderá ser responsabilizado.
-
89. Os instrumentos do contrato de adesão
- (A) não há qualquer regra estabelecida pelo legislador, pois cabe ao consumidor realizar a leitura do contrato, antes de assiná-lo.
 - (B) serão redigidos com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não poderá ser inferior ao corpo doze.
 - (C) serão redigidos com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não poderá ser inferior ao corpo quatorze.
 - (D) serão redigidos com caracteres ostensivos e legíveis, sem tamanho predefinido.
 - (E) serão redigidos conforme decidido pelo fornecedor.



90. O dever de informação na oferta de produtos ou serviços
- (A) não viola o interesse coletivo do grupo de consumidores, caso transgredido.
 - (B) admite a subinformação.
 - (C) exige comportamento positivo do fornecedor.
 - (D) não é assegurado pela Lei nº 8.078/1990.
 - (E) exige do fornecedor que informe apenas o preço.

**Direitos Difusos e Coletivos: Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Idoso e
Direito da Pessoa com Deficiência**

91. A Lei nº 8.069/1990 aplica-se
- (A) às crianças até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade, podendo ser aplicada excepcionalmente às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.
 - (B) exclusivamente às crianças até 11 anos completos e adolescentes entre 12 e 18 anos, podendo ser aplicada, excepcionalmente, às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.
 - (C) exclusivamente às crianças até 12 anos completos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade.
 - (D) indistintamente aos indivíduos até 18 anos de idade.
 - (E) indistintamente aos indivíduos entre 18 e 21 anos de idade.
92. O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade,
- (A) inclusive o da preservação da imagem.
 - (B) inclusive o de trabalhar em qualquer idade.
 - (C) exceto o de participar da vida política, na forma da lei.
 - (D) exceto o de brincar, praticar esportes e divertir-se.
 - (E) exceto o de buscar refúgio, auxílio e orientação.
93. Na área da Infância e Juventude, se o Promotor de Justiça, esgotadas todas as diligências, não ajuizar demanda coletiva, promoverá o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação, fundamentadamente, e
- (A) encaminhará os autos, no prazo de três dias, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, sob pena de falta grave.
 - (B) encaminhará os autos ao arquivo da Promotoria de Justiça onde exerce suas atribuições.
 - (C) submeterá essa deliberação à apreciação judicial, a quem competirá dar a última palavra sobre a decisão adotada.
 - (D) encaminhará os autos, no prazo de três dias, à Procuradoria-Geral de Justiça, sob pena de falta grave.
 - (E) encaminhará os autos, no prazo de três dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, sob pena de falta grave.
94. A Lei nº 10.741/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, destina-se a regular os direitos assegurados:
- (A) a legislação é omissa a respeito.
 - (B) às pessoas com 60 anos ou mais de idade.
 - (C) às pessoas com 64 anos ou mais de idade.
 - (D) às pessoas com 70 anos ou mais de idade.
 - (E) às pessoas com 75 anos ou mais de idade.
95. Idoso, com 80 anos de idade, dirigiu seu veículo ao estacionamento aberto ao público de determinado estabelecimento comercial, onde não havia vagas reservadas de estacionamento. Nesse caso,
- (A) existe ilegalidade, pois o comerciante deve reservar ao menos 3% das vagas de estacionamento à pessoa idosa, posicionadas de forma a lhe garantir melhor comodidade.
 - (B) inexistente qualquer ilegalidade, pois não há obrigatoriedade de o comerciante reservar vagas à pessoa idosa, pois todos são iguais perante a lei (art. 5º, *caput* da Constituição Federal).
 - (C) existe ilegalidade, pois o comerciante deveria destinar ao menos cinco vagas de estacionamento à pessoa idosa.
 - (D) inexistente ilegalidade, pois a pessoa idosa com idade avançada deve ser sempre acompanhada por um cuidador, que estacionará o veículo nas vagas então disponíveis.
 - (E) existe ilegalidade, pois o comerciante deve reservar ao menos 5% das vagas de estacionamento à pessoa idosa, posicionadas de forma a lhe garantir melhor comodidade.



96. O Ministério Público é parte legítima para a defesa dos interesses coletivos *lato sensu* das pessoas com deficiência, quando violado o direito à moradia que possuem, pois
- (A) não se está diante de violação a interesse coletivo *lato sensu*.
 - (B) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado, dentre outros requisitos, o percentual de 3% das unidades.
 - (C) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado, dentre outros requisitos, o percentual de 5% das unidades.
 - (D) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal não goza de prioridade na aquisição de imóvel.
 - (E) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel, mas inexistente previsão legal para a reserva de unidades.

Ministério Público: Teorias e Legislação

97. De acordo com a Lei nº 8.625/1993, compete ao chefe do Poder Executivo Estadual nomear o Procurador-Geral de Justiça, integrante de lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução,
- (A) não estando o Governador do Estado obrigado a seguir os nomes apresentados na lista tríplice, por ser meramente indicativa pelos integrantes da instituição.
 - (B) nos 30 dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, sob pena de ser investido no cargo o mais votado.
 - (C) nos 15 dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, sob pena de ser investido no cargo o mais votado.
 - (D) nos 10 dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, sob pena de ser investido no cargo o mais votado.
 - (E) não havendo prazo predefinido para a nomeação.
98. Segundo dispõe a Lei nº 8.625/1993, o Colégio de Procuradores de Justiça de determinado Ministério Público Estadual é composto por todos os Procuradores de Justiça. Contudo, a lei orgânica poderá criar Órgão Especial para exercer suas atribuições, quando o Colégio de Procuradores de Justiça tiver mais de
- (A) cinquenta e cinco Procuradores.
 - (B) quarenta Procuradores.
 - (C) cinquenta Procuradores.
 - (D) sessenta Procuradores.
 - (E) quarenta e cinco Procuradores.
99. Promovido o arquivamento do procedimento administrativo instaurado para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, segundo Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 174/2017, caberá ao membro do Ministério Público,
- (A) comunicar o Conselho Superior do Ministério Público ou a Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, com a remessa dos autos para homologação do arquivamento.
 - (B) determinar o encaminhamento dos autos ao arquivo, sem outras formalidades.
 - (C) determinar o encaminhamento dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça para conhecimento.
 - (D) determinar o encaminhamento dos autos ao Conselho Nacional do Ministério Público para revisão.
 - (E) comunicar o Conselho Superior do Ministério Público ou a Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, sem necessidade de remessa dos autos para homologação do arquivamento.
100. Com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 416, de 22 de dezembro de 2010, que "Altera a Lei Complementar nº 27, de 19 de novembro de 1993, que institui a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público de Mato Grosso", são órgãos da Administração superior:
- (A) Procuradoria-Geral de Justiça; Colégio de Procuradores de Justiça; Corregedoria-Geral do Ministério Público e Ouvidoria.
 - (B) Procuradoria-Geral de Justiça; Colégio de Procuradores de Justiça, Corregedoria-Geral do Ministério Público e Promotoria de Justiça.
 - (C) Procuradoria-Geral de Justiça; Colégio de Procuradores de Justiça; Corregedoria-Geral do Ministério Público e Comissão de Concurso.
 - (D) Procuradoria-Geral de Justiça; Colégio de Procuradores de Justiça; Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.
 - (E) Procuradoria-Geral de Justiça; Corregedoria-Geral do Ministério Público; Conselho Superior do Ministério Público e Ouvidoria.